

Perante o Presidente da República

# Tribunal Eleitoral

## toma posse esta semana

O Tribunal Eleitoral — um órgão independente de todos os poderes do Estado — vai tomar posse esta semana em Maputo, segundo apurou o "Notícias" do Director da Divisão Eleitoral da Operação das Nações Unidas em Moçambique, Rafael López Pintor.

Com efeito, segundo López Pintor, chegaram ontem ao país os três juizes internacionais permanentes e dois suplentes que, à luz da Lei Eleitoral, irão compor o órgão. Os três magistrados permanentes são Michel Coart, da França, João Moreira Camilo, de Portugal, e Mariano Fialhos, da Nicarágua. Os dois suplentes são, Walter Ramos, do Brasil, e Juan Rodriguez, do Chile.

O quadro jurídico sobre o qual irão decorrer as primeiras eleições gerais multipartidárias em Moçambique estabelece que o Tribunal Eleitoral é constituído por cinco membros designados do seguinte modo: dois magistrados judiciais com mais de cinco anos de serviço, indicados pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial e três juizes de reconhecida competência técnica e profissional, com mais de cinco anos de experiência, indicados pelo Secretário-Geral da ONU, sob proposta do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Lembre-se que para integrar este órgão o Conselho Superior da Magistratura Judicial indicou nos princípios de Abril passado os dois juizes moçambicanos requeridos por lei. Trata-se do Juiz-Conselheiro do Supremo Tribunal, Dr. João Carlos de Almeida Trindade, e do Juiz-Presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, Dr. Joaquim Luís Madeira.

Também em entrevista muito recente ao nosso diário, Aly Dauto dissera que o Governo, juntamente com a Operação das Nações Unidas para a Manutenção da Paz em Moçambique estavam a fazer esforços no sentido de que o Tribunal Eleitoral tomasse posse entre a primeira e segunda semana do mês corrente e que na altura estão a preparar-se as condições logísticas para o efeito.

Na mesma entrevista, Aly Dauto deu a conhecer que o órgão irá funcionar na residência oficial do Presidente do Conselho Executivo da Cidade de Maputo, sita na Avenida 24 de Julho.

Actualmente, o Governo moçambicano está em contactos como a comunidade internacional com vista a encontrar dinheiro para o pagamento destes juizes. Porém, há fortes indicações de que a Holanda irá suportar os encargos decorrentes dos salários destes magistrados.

O órgão jurisdicional a quem compete apreciar em única instância os recursos de contencioso eleitoral interpostos das decisões proferidas pela Comissão Nacional de Eleições tomará posse perante o Presidente da República. Os membros elegerão entre si o presidente em sessão, a realizar-se até oito dias após a tomada de posse. A Lei Eleitoral diz ser incompatível o exercício do cargo de membro do Tribunal Eleitoral com a qualidde de candidato a Presidente da República e a deputado da Assembleia da República.